

# A Guerra Guaranítica: uma guerra invulgar e incômoda

Silvino da Cruz Curado\*

*Comunicação apresentada no XXIV Congresso Internacional de História Militar – A Guerra e o Encontro de Civilizações a Partir do Século XVI –, realizado em Lisboa, de 24 a 29 de agosto de 1998.*

**I**rei falar-vos da Guerra Guaranítica ou Guerra das Missões, assim chamada por ter sido levada a cabo contra os índios guaranis das Missões Jesuíticas do Paraguai, localizadas em territórios ao tempo espanhóis e que hoje se repartem pelo Paraguai, Argentina e Brasil.

Tendo decorrido de 1754 a 1756, considero-a uma guerra invulgar por combinar forças dos dois países ibéricos, tradicionalmente inimigos, e não contra um inimigo externo comum mas contra índios, fiéis vassalos do rei de Espanha.

É igualmente uma guerra incômoda, por ter conduzido ao esmagamento, por forças de duas importantes potências mundiais da época, milícias de índios, tendo estes a razão do seu lado.

Estamos em presença de um caso tardio de encontro de civilizações. De um lado, a civilização europeia já com alguma influência local e, do outro, o caso híbrido dos índios das Missões. Estes, convertidos ao catolicismo e afastados da vida selvagem que antes levavam, eram mantidos totalmente segre-

gados da sociedade espanhola, sendo tutelados pelos padres jesuítas que os consideravam umas inconstantes crianças grandes, sempre prontos a ceder aos apelos das suas tradições ráticas.

Pequena guerra que iria ter as mais drásticas conseqüências, estando na origem de processos complexos que levaram, quer à extinção da poderosa Companhia de Jesus, quer à dispersão e acelerado desaparecimento dos índios guaranis, quer ainda, a novos conflitos bélicos na região, entre portugueses e espanhóis.

Para além dos interesses das duas monarquias envolvidas, dos da Companhia de Jesus e das radicais mudanças que ocorriam na Europa, tiveram importância decisiva no processo as personalidades dos principais intervenientes no mesmo, quer em Lisboa e Madri, quer na América e, sobretudo, a deficiente percepção e avaliação das situações, num mundo onde a informação e as ordens levavam meses a chegar. Não desejando ninguém a guerra, que falta fizeram as modernas técnicas de controle de crises e de estabelecimento de medidas de confiança!

Correndo os riscos de todas as simplificações excessivas que a limitação do tempo

\* General do Exército português.

impõe, vejamos, em breves traços, como se originou esse problema.

Os portugueses tinham largamente ultrapassado o limite, nunca materializado no terreno, das 370 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde, estabelecido no Tratado de Tordesilhas, chocando-se com os espanhóis que avançavam em sentido contrário. Os conflitos eram inevitáveis, a menos que se estabelecessem novos limites e se demarcassem no terreno.

Reclamavam os espanhóis da situação na América mas esqueciam-se do que tinham avançado no outro lado do globo, ocupando as Filipinas, situadas na área atribuída a Portugal pelo mesmo Tratado.

Voltando à América, é de salientar, pelo interesse que tem para esse caso, a fundação, em 1680, por iniciativa da Coroa portuguesa, que considerava o Rio da Prata como limite sul do Brasil, da Colônia do Sacramento, em frente a Buenos Aires, origem de continuados conflitos. Contestava a Espanha que a Colônia se localizasse em território português. Tomada pelas armas no próprio ano da sua fundação e logo a seguir devolvida para esclarecimentos dos limites, foi novamente tomada, em 1705, para voltar a ser devolvida na seqüência do Tratado de Utrecht, de 1715.

Justifica-se essa referência porque, por aquele tratado, a Espanha cedeu a Portugal toda a ação e direitos que pretendia ter sobre o território e Colônia do Sacramento pelos quais poderia vir a oferecer, no prazo de ano e meio, um equivalente que Portugal aceitaria ou não. Foi essa hipótese de equivalente que, não tendo sido concretizada naquele momento, foi retomada mais tarde, como veremos, para desgraça dos guaranis e dos jesuítas.

Aparentemente, estaria fixado o limite ao sul do Brasil, que se estenderia até o Rio

da Prata. Mas o governador de Buenos Aires, inconformado, logo propôs e obteve concordância da sua Coroa para que, por território da Colônia, se entendesse apenas o espaço que a partir da fortificação era coberto por tiro de canhão. Os conflitos continuaram.

Aconteceu, no entanto, uma excepcional situação de bom entendimento entre os monarcas peninsulares, decorrente do fato de Fernando VI de Espanha, de espírito pacífico, ser casado com Bárbara de Bragança, filha de D. João V de Portugal, e esta exercer grande influência sobre o marido. Foi possível, assim, negociar o Tratado de Madri de 1750, da maior importância para o Brasil pois, pela primeira vez, lhe foram reconhecidas dimensões semelhantes às atuais.

No referido tratado, estabeleceram-se limites, a demarcar no terreno por acidentes de fácil identificação, com base no que cada país ocupava no momento, estabelecendo-se, contudo, algumas correções através de cedências entre as coroas.

A Espanha estava particularmente interessada na Colônia do Sacramento para ficar com a posse exclusiva de todo o Rio da Prata e acabar com o contrabando que portugueses e ingleses realizavam através daquela praça. Portugal exigiu, mesmo com risco de malogro da demorada e muito persistente negociação, que lhe fosse cedido, como equivalente, território a oriente do Rio Uruguai, no qual se localizavam sete das trinta aldeias das Missões Jesuíticas.

Alexandre de Gusmão, natural de Santos, no Brasil, que pela parte portuguesa dirigiu as negociações, pretendia criar, no Sul, uma província poderosa, que se alargasse até o Rio Uruguai, e pudesse fazer face aos espanhóis que ali eram mais fortes.

D. José de Carvajal, o ministro que conduziu as negociações pela parte espanhola,

resistiu durante um ano para ceder as sete aldeias, sobretudo pelo receio do que iria suceder aos índios e das reações dos jesuítas.

Portugal, no sentido de forçar a decisão, dispôs-se a aceitar, quanto ao destino dos índios, qualquer das três soluções possíveis: continuarem todos nas sete aldeias, saírem todos para território espanhol, e ficarem ou saírem de acordo com o próprio desejo.

Decidiu-se a Espanha a entregar as aldeias sem os trinta mil índios que as habitavam e, por um dos tais erros de percepção anteriormente anunciados, Carvajal, no dizer do embaixador português, tinha por certo que, cedidas as aldeias a Portugal, todos os índios seguiriam aos jesuítas que os tinham doutrinado para onde os quisessem levar e que nem um só ficaria nelas.

As Missões tinham milícias que podiam mobilizar vinte mil soldados e dispunham, para além das armas tradicionais, de umas dezenas de armas de fogo por aldeia e, até, de alguma artilharia. Forças de três mil e quatro mil índios dessas milícias foram utilizadas pelos governadores espanhóis contra os portugueses, na Colônia do Sacramento, em 1681, 1705 e 1735, e na tentativa de fundação de Montevideú, em 1723.

Para além dos índios, havia que temer a reação dos padres da até aí muito poderosa Companhia de Jesus. Contudo, o Padre Geral, não desejando abrir qualquer conflito que pudesse ser aproveitado contra os jesuítas, acedeu ao pedido do rei de Espanha para ordenar aos curas das missões que efetuassem a mudança dos índios das sete aldeias para outros locais em território espanhol.

Não podiam, os padres das Missões, absorvidos pelos cuidados com os seus filhos, ter a percepção das profundas alterações que se preparavam na Europa. Impossível para eles admitir que a Companhia não

fosse capaz de convencer o rei da injustiça que se cometia com os índios, do risco de se perderem para a fé e do perigo que representava para os interesses da Espanha a aproximação dos portugueses das Missões e até das minas de Potosi. Desencadearam, por isso, uma campanha de representações próprias, dos bispos e das autoridades da região, a Madri e a Roma, primeiro no sentido de ser anulado o tratado e, mais tarde, pedindo maiores prazos para a mudança.

Com a subida ao trono de D. José, coube a Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, dar execução ao Tratado contra o qual tinha algumas reservas. Temia que os espanhóis procurassem apoderar-se da Colônia do Sacramento sem que fosse possível, devido à oposição dos índios, receber ou conservar as sete aldeias. Naturalmente, porém, desejava que se procedesse às demarcações dos novos limites e que, à parte portuguesa, não pudesse ser atribuída a culpa de quaisquer demoras. Fez, por isso, nomear Comissário Régio para as demarcações e mútuas entregas a Gomes Freire de Andrade, governador da extensa Capitania do Rio de Janeiro, com provas dadas e militar capaz de cumprir a missão.

Pela parte espanhola, foi nomeado o Marquês de Valdelírios e foi ainda nomeado, pelo Padre Geral, como comissário jesuíta, para a entrega pacífica dos Sete Povos das Missões, o Padre Luís Altamirano. Qualquer deles verificou rapidamente que a percepção que tinha da respectiva missão estava longe de corresponder à realidade de ir, revestidos de maior autoridade, desempenhar uma rápida missão que lhes granjeasse honra, glória e alguma recompensa. Deparavam-se com a rebelião dos índios e, no mínimo, a completa discordância dos jesuítas que, só na observância do voto de obediência, pro-

curavam, com desigual empenho, levar os índios a mudarem-se com velhos, crianças e setenta mil cabeças de gado, para lugares incertos, a centenas de léguas de distância! Nem um nem outro estiveram à altura da difícil situação.

As demarcações só foram iniciadas, a partir da costa, em 23 de novembro de 1752. Logo em 26 de fevereiro do ano seguinte, em Santa Tecla, foi a partida demarcadora impedida de continuar por índios armados que teriam dito estarem a cumprir ordens dos jesuítas.

O Padre Altamirano, que se deslocara às Missões, não só não conseguiu a mudança dos índios como teve que fugir para não ser morto. De nada serviram outras medidas como o envio de um vice-comissário e a tentativa frustrada de retirar os padres das aldeias. Acabou acusando os seus irmãos de falta de colaboração e a admitir que só à vista da força os índios se submeteriam.

Impacientava-se Gomes Freire pelo arrastamento do processo. Para ele, desde o início, toda a culpa da resistência dos índios pertencia aos padres da Companhia, do que repetidamente avisava Lisboa, onde, pouco depois, começavam igualmente a chegar relatos da falta de colaboração dos jesuítas portugueses às demarcações na Amazônia. Não é de admirar que o futuro Marquês de Pombal se fosse tornando um inimigo implacável da Companhia.

Face à situação, resolveu o Comissário espanhol, Marquês de Valdelírios, de acordo com instruções secretas que trouxera de Madri, entregar ao Governador de Buenos Aires, General D. José Andonaegui, em 27 de março de 1753, a ordem régia que o encarregava, em caso de resistência dos índios, de ir com a tropa que lhe parecesse, incluindo todo o pos-

sível auxílio armado português, executar a entrega das aldeias.

Andonaegui, já com 75 anos, dispoñdo de escassos efetivos e pouca vontade de partir para a guerra, iniciou demorados preparativos bélicos, em especial a convocação de forças de milícias das principais cidades do seu governo. Mas, ainda na esperança de não necessitar utilizá-las, enviou aos índios as mais arrasadoras ameaças. Mais uma errada percepção da situação que teve efeitos desastrosos. Os índios não só não se amedrontaram como mais se sentiram impelidos a responder também com a guerra.

Os jesuítas, certos de que a anunciada guerra destroçaria as Missões, passaram a recorrer, ainda sem sucesso, a expedientes extremos para convencer os índios a aceitarem a mudança pacífica, enquanto, por outro lado, voltaram às suas desesperadas representações, desta vez no sentido de se suspenderem os preparativos das hostilidades. Mas estas não só não chegaram às mãos de Fernando VI, como foram consideradas mais uma prova da oposição dos referidos padres.

Finalmente, em 24 de março de 1754, fixou-se o plano de operações. Andonaegui marcharia ao longo do Rio Uruguai para ocupar as aldeias mais próximas deste. Gomes Freire seguiria da Colônia do Sacramento para o Rio Pardo, donde marcharia a ocupar as aldeias mais próximas, começando pela de Santo Ângelo. Essas primeiras ocupações deveriam ter lugar cerca do dia 15 de julho, trocando-se logo correios para ajustamento da conduta posterior.

Desconheciam os comissários e o governador de Buenos Aires, quando aprovaram esse plano, que os índios, já em 23 de fevereiro, tinham iniciado as hostilidades, atacando sem sucesso a Guarda do Rio Pardo. O relatório português, datado do dia imediato

e referindo que os índios eram comandados por um padre da Companhia, mais convenceu Gomes Freire e as Cortes de Lisboa e Madri de que os jesuítas eram os verdadeiros rebeldes.

Pressionado por Madri, Andonaegui acabou por lançar a operação no decurso de um inverno extremamente rigoroso e escolheu um itinerário perpendicular aos afluentes do Rio Uruguai, cujas enchentes e pântanos lhe dificultaram a progressão. A lama, a neve e o gelo destruíram as fracas pastagens que tinham escapado a um verão exageradamente seco e os animais da coluna, sem outro alimento, foram morrendo ou ficando incapazes. De nada valeu enviar pedidos de novos animais às aldeias das Missões mais próximas, a ocidente do Rio Uruguai, porque também aí tinha chegado a rebeldia. Assim, em 10 de agosto, tendo levado mais de setenta dias para vencer setenta léguas, viu-se Andonaegui forçado a retirar, quando ainda estava a 25 léguas do Rio Ubicuy. A defesa deste fora confiada aos índios da margem ocidental do Rio Uruguai, deixando livres os dos Sete Povos para enfrentarem Gomes Freire. Seguido por cerca de trezentos índios que lhe roubavam cavalos e faziam pequenas escaramuças, decidiu-se o governador mandar atacá-los, do que resultou o número impressionante de 230 mortos e 72 prisioneiros, segundo os espanhóis, e cerca de metade, segundo os jesuítas.

Entretanto, Gomes Freire teve que percorrer, com parte das suas forças, 150 léguas até a Vila do Rio Grande, onde reuniu o seu exército e tomou conhecimento de novo ataque falhado dos índios ao Forte do Rio Pardo. Marchou mais 87 léguas até ao referido forte, para dali sair, em 25 de agosto, na direção da aldeia de Santo Ângelo. Também ao general português, apesar dos seus

esforços, impediu o rigoroso inverno de chegar às Missões a 15 de julho, como fora planejado.

Em 7 de setembro, chegou ao Passo do Rio Jacuí, que naquele momento não era vadeável e se achava defendido por uma força de índios entrincheirada. E foi só na noite seguinte que teve conhecimento de que Andonaegui tinha suspenso a marcha para as Missões, não o informando, contudo, da data em que tencionava voltar à ação. Assegurada a passagem do rio, considerada uma vantagem para o prosseguimento da campanha, ali permaneceu 75 dias, inquietado pelos índios e pela subida das águas, até receber comunicação do general espanhol de que só daí a seis meses se poderia retomar a atividade.

Gomes Freire, que sendo auxiliador não podia agir na falta do auxiliado, negociou uma trégua com os índios e retirou, primeiro para o Rio Pardo e depois para o Rio Grande, propondo que numa segunda campanha se juntassem as forças dos dois países em Santa Tecla e seguissem daí, em conjunto, para as Missões. Assim se veio a fazer mas só em 1756, pois Andonaegui, só passado o inverno de 1755 estava em condições de retomar as operações.

Muito tinha mudado na Europa. Ainda em 1754, falecera o Ministro Carvajal e o sucessor, Ricardo Wall, informou Fernando VI do que se passava na América, decidindo este que não se faltasse à sua palavra e se cumprisse o Tratado. Em meados de 1755, desencadeou o futuro Marquês de Pombal um plano para terminar, de forma concertada, com a influência dos padres da Companhia nas Missões e nas Cortes de Portugal e Espanha. Por outro lado, instruiu o Embaixador em Madri para lançar a idéia de se manter a demarcação de limites estabelecidos no

Tratado e se abandonarem as cedências mútuas, continuando Portugal com a Colônia e a Espanha com as sete aldeias das Missões.

Fernando VI considerou que seria prejudicial para a América, por constituir um mau exemplo, recuar perante a resistência dos rebeldes e, pelo contrário, determinou medidas para se lhes fazer a guerra *com toda a força*, e despediu o seu confessor, o jesuíta Padre Francisco Rábago, através do qual os seus irmãos sempre esperaram obter a anulação da cedência das Missões.

Reunidos Gomes Freire e Andonaegui na região de Santa Tecla, em 16 de janeiro de 1756, dali seguiram para as Missões. Pouco depois começaram os índios a atacar elementos ou forças isoladas e a fazer a guerra de terra queimada que, se tivesse sido mantida e levada ao extremo, levantaria um sério problema aos aliados pela falta de pastagens. Mas, em 7 de fevereiro, numa ação mais significativa, foi morto o Capitão Sepé, o comandante destas guardas avançadas, considerado um chefe capaz e, por isso mesmo, partidário de uma atuação guerrilheira.

Nicolas Nenguirú, chefe dos dois mil índios que já se achavam na região, resolveu vingar a morte de Sepé e instalou as suas forças num morro ligeiramente fortificado, no qual se opôs à passagem dos exércitos aliados. Essa decisão foi precipitada, pois ainda se aguardava a chegada de muito mais índios e havia posições muito mais fortes à retaguarda. O armamento de que dispunham não era adequado para fazer face a forças regulares com significativa artilharia e faltava disciplina, efetiva unidade de comando e acordo acerca da forma de atuar.

Estava-se em 10 de fevereiro e teve lugar a maior ação de toda a guerra, que ficou conhecida como a *batalha de Caiabaté*. Uma espécie de batalha de Canas, célebre pelo

duplo envolvimento, como a considera o General Paula Cidade, ou apenas a hecatombe que outros consideram? Os relatos portugueses e espanhóis valorizaram a vitória, referindo números de mortos variáveis entre 1.200 e 1.700, enquanto os dos jesuítas a pretenderam diminuir, registrando apenas 300 a 600. O fato de apenas se terem verificado entre 127 e 154 prisioneiros e as perdas luso-espanholas terem sido insignificantes parece confirmar ter havido excessos por parte das forças dos dois países.

Ainda tentaram os índios flagelar as colunas ou mesmo detê-las, mas não logrando qualquer êxito, entraram os exércitos, em 17 de maio, na aldeia de São Miguel, previamente incendiada e abandonada. Na noite de 19, foi ocupada sem resistência a aldeia de São Lourenço. Seguidamente, foram-se apresentando os padres e algumas autoridades das aldeias, mas a maioria dos índios fugira para os matos ou para as estâncias.


Do ponto de vista militar, a Guerra Guaranítica estava terminada. Continuava, porém, a faltar que as populações aceitassem transferir-se para território espanhol. Sem essa condição satisfeita, Gomes Freire não podia receber as aldeias nem entregar a Colônia do Sacramento. Carvalho e Melo de tudo culpava a Companhia, contra a qual lançou uma frenética campanha, quer a nível interno, quer diplomático, que muito contribuiu para a sua extinção, em 1773.

Com o falecimento da rainha e, pouco depois, do rei de Espanha, desapareceram os últimos criadores do Tratado de Madri. O sucessor, Carlos III, assinou, em 1761, o Tratado de El Pardo, que anulou o de Madri. Os conflitos entre portugueses e espanhóis iriam recomeçar no Sul do Brasil logo no ano seguinte.

Que recordar dessa estranha guerra que tenha interesse para a História Militar?

Fica, pelo menos, uma idéia da forma como, naquela época, se fazia a guerra numa área extensa, desprovida de vias de comunicação e de quaisquer recursos. Havia que vencer distâncias consideráveis e transportar tudo o que se necessitava. Gomes Freire, por exemplo, na primeira campanha, percorreu, só na ida, cerca de mil e quinhentos quilômetros!

Por outro lado, os bois e cavalos necessários dependiam das pastagens para sua alimentação e arruinavam-se com frequência, quer por falta daquelas, quer pela extrema dureza dos improvisados caminhos que tinham de percorrer. Só assim se compreende

o impressionante número de animais que, à partida, incluía cada coluna. Atente-se, a título de exemplo, no exército de Ando-naegui, em 1774. Para um efetivo da ordem dos 1.250 militares e 400 peões, partiu com 1.100 cavalos, 1.500 bois para a tração de 200 carros e 5.000 vacas para abate. Gomes Freire, na segunda campanha, para um efetivo semelhante, partiu com 4.030 cavalos e muares, 1.816 bois para 152 carros e 2.823 rezes de abate. Imagine-se a área de pastagem necessária para tanto gado e os problemas de segurança que impunha a sua guarda! E a extensão das colunas dos trens que chegavam a atingir dez quilômetros? Teriam sido objetivos apropriados para a guerrilha dos índios, se tivessem chefias competentes. 

*Estamos todos matriculados na escola da vida,  
onde o mestre é o tempo.*

Cora Coralina

*Mesmo as noites totalmente sem estrelas  
podem anunciar a aurora de uma grande realização.*

Martin Luther King

*Seja grande nos atos como tem sido em pensamento.  
Harmonize a ação à palavra, e a palavra à ação.*

William Shakespeare